

**A AVALIAÇÃO DAS
MÚLTIPLAS INTELIGÊNCIAS:
DESAFIOS PARA OS PSICÓLOGOS DO NOVO
MILENIO**

**SOLANGE MUGLIA WECHSLER
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE CAMPINAS- SÃO PAULO-BRASIL**

Artigo publicado

Referencias:

Wechsler, S. M. (2001). Avaliação das múltiplas inteligências: desafios para os psicólogos do novo milênio. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación Psicológica* ,13(1), 103-121.

Sumário

A entrada do novo século pressupõe uma série de indagações teóricas e metodológicas. Dentre as diversas áreas que devem rever seus paradigmas encontra-se a Psicologia, que ainda trabalha, em alguns aspectos, com conceituações desatualizadas do ser humano. Revisando a história da área da avaliação psicológica, em um âmbito internacional, e, mais detalhadamente, sul-americano, como no caso do Brasil, podemos observar que nesta área ainda existem várias concepções tradicionais sobre o funcionamento humano, destacando-se a noção de inteligência, entendida sob um aspecto bi-dimensional ou até mesmo geral, embora os estudos mais recentes venham apontando a pluralidade de suas dimensões. A aceitação do modelo de múltiplas inteligências, por sua vez, traz inúmeros desafios para a área da avaliação psicológica na medida em que exige a criação de novas medidas para a identificação de cada um de seus aspectos. A noção de diversidade cultural aponta a necessidade de verificação da validade dos construtos nos mais diferentes ambientes, pressuposto este que deve ser respeitado pelos psicólogos internacionalmente, demonstrando assim os desafios a serem enfrentados por todos os profissionais, principalmente aqueles de países ibero-latinos.

Palavras chave: inteligências múltiplas, avaliação psicológica, psicólogos ibero-
latinos, psicólogos brasileiros

Abstract

The need for theoretical and methodological questions is present as we enter a new century. Knowledge paradigms have to be reviewed among various areas , especially within Psychology grounds, where we still find old conceptions about the human being. Reviewing the history of psychological assessment under an international perspective, and with more details in Brazil, we can observe there are traditional notions being used until today. This can be noticed in the description of mental and emotional functioning, and more precisely when relating to intellectual measures. Intelligence is measured nowadays under a double or unique parameter, in despite the most recent data on this area, demonstrating the existence of a multi-level concept. The acceptance of a multiple intelligence model brings various challenges to psychologists, as it requires the construction of specific instruments to measure each one of its dimensions. Considering cultural diversity and the need to verify construct validity for each measure on a different environment, we can foresee the huge amount of effort to be put by international psychologists in order to identify the innumerable aspects of mental functioning, thus stating new challenges for all professionals especially those from Iberian Latin American countries.

Palavras chave: multiple intelligences, psychological assessment, Iberian Latin American psychology, Brazilian psychologists

Introdução

Ao iniciar o novo milênio, cabe aos psicólogos de cada nação a tarefa de questionar as suas competências e responsabilidades diante de seus povos. Estarão os psicólogos preparados para avaliar e desenvolver as habilidades necessárias para o crescimento de seus países? Quais são as formas de talentos e inteligências mais encontradas em suas culturas? Como identificar, ou melhor, avaliar os potenciais escondidos nas crianças e jovens a fim de oferecer-lhes maior estimulação? Estas são algumas das principais dúvidas encontradas entre os psicólogos em um âmbito internacional, principalmente aqueles dos países ibero- latinos, devido às dificuldades já presentes nas formas mais antigas de proceder avaliações psicológicas. A importância deste tema e suas conseqüências sociais e educacionais serão o motivo central deste trabalho.

Apresentaremos, em primeiro lugar, um breve histórico do movimento da avaliação da inteligência , em um âmbito internacional e, mais detalhadamente a história brasileira nesta área. Enfocaremos também as diferentes concepções de inteligência , de uma visão unidimensional para uma perspectiva pluralista. Finalmente, abrangearemos as dificuldades e possibilidades para a avaliação das múltiplas formas de inteligência para os psicólogos do novo século.

Avaliação cognitiva : visão histórica internacional

O interesse por identificar talentos humanos está registrado deste 3.000 a.C., na China, onde eram procurados e selecionados os soldados que apresentassem maiores habilidades na resolução de problemas, raciocínio viso-espacial e pensamento divergente, entre outras características (Oakland, 1999). Nos escritos do pensador grego Galeno, 200 a.C., também encontramos noções acerca da importância das características intelectuais e afetivas para a compreensão do comportamento humano , possivelmente devido à influência do famoso médico desta época, Hipócrates, que enfatizava as noções de hormônios ou fluidos e sua relação com os diferentes tipos de reações cognitivas e emocionais (Cohen, Swerdilic & Smith, 1992).

Na Europa, as condições sociais e econômicas existentes na década de 1800 tiveram um grande impacto na Psicologia, principalmente na área da avaliação psicológica. Encontramos, no ano de 1838, o trabalho do físico francês Esquirol, publicado em dois volumes, considerado como sendo a primeira classificação formal dos níveis de inteligência humana, com uma seção especial dedicada à compreensão do retardo mental, categorizado em um contínuo entre a normalidade e o nível mais baixo de idiotia. Posteriormente, em 1879, no famoso laboratório de Leipzig, na Alemanha, Wundt desenvolveu as primeiras investigações científicas para avaliar as diferenças nas habilidades individuais por meio de medidas fisiológicas, como por exemplo, o tempo de reação e a sensibilidade visual e auditiva. Na Inglaterra, as mesmas preocupações com as capacidades humanas apareceram nas experiências do biólogo Francis Galton, que fundou o "Laboratório Antropométrico" , apresentado ao público em 1844 durante a Exposição Internacional de Londres, onde todos os visitantes tinham oportunidades de avaliar sua força muscular, visão, acuidade auditiva, etc (Anastasi, 1988).

O interesse pela avaliação das habilidades humanas, na América do Norte, surgiu com o trabalho do psicólogo James McKeen Cattell, que havia realizado os seus estudos de doutoramento em Leipzig, com Wundt. Em 1890, Cattell utilizou o termo "testes mentais" em suas publicações, denominação esta que foi empregada durante vários séculos para descrever todas as medidas relacionadas ao funcionamento cognitivo (Roback, 1961)

A década de 1800 foi extremamente produtiva para os europeus. Precisamente em 1895, a publicação do artigo científico de dois franceses, Binet y Henri, criticando a avaliação das capacidades humanas por meio de medidas fisiológicas, foi um fato de grande repercussão entre os estudiosos da área. Estes autores ressaltaram a importância de serem avaliados mecanismos mais complexos para a compreensão do funcionamento intelectual humano, como a memória, imaginação, atenção, compreensão , entre outros. Depois de vários anos de investigação dos processos mentais, Binet foi convidado pelo Ministério da Educação para desenvolver um procedimento a fim de identificar crianças com deficiência mental, o que lhe propiciou a oportunidade para a criação de um teste de inteligência infantil, dedicado às faixas etárias de 3 aos 11 anos. A medida de inteligência proposta por Binet, denominada Coeficiente Intelectual (Q.I.) era feita por meio de uma proporção entre a Idade Mental (pontuação no teste) e a Idade

Cronológica ou atual, O termo Q.I . passou a ser utilizado de forma generalizada durante vários anos, sendo considerada a melhor medida dos processos intelectuais (Anastasi, 1988)

Várias propostas para construir e interpretar resultados de testes começam a surgir de diferentes partes do mundo, existindo, entretanto, um grande salto científico com o trabalho de Charles Spearman, psicólogo britânico, em 1904, que demonstrou ser possível o auxílio da Estatística para a compreensão dos processos cognitivos. Segundo este autor, por meio do procedimento da Análise Fatorial, era possível identificar um grande fator geral para explicar a inteligência, denominado "Fator G", além de alguns fatores específicos. Pesquisas subseqüentes com o uso de técnicas estatísticas foram desenvolvidas por Kelly e Thurstone, na década de 1928-1938, que continuaram na busca pelas aplicações de uma nova ciência, conhecida como "Psicometria" , onde análises estatísticas, principalmente a fatorial, poderiam trazer maior cientificidade ao estudo da inteligência. A proposta de Thurstone, por exemplo, propunha sete habilidades mentais, ou fatores na composição da inteligência, a saber: compreensão verbal, fluência verbal, habilidade numérica, raciocínio espacial, memória associativa, velocidade perceptual, raciocínio indutivo. (Anastasi e Urbina, 2000). O andamento das pesquisas na área da avaliação cognitiva foi notadamente influenciado por estes autores, até os dias de hoje.

A avaliação do potencial infantil começava a suscitar interesse cada vez mais entre os pesquisadores. Em Leningrado, antiga Rússia, em 1923 ,destaca-se o trabalho do psicólogo russo Ozeretzks, que apresentou uma medida denominada "Escala Métrica para Avaliação de Crianças". Nos Estados Unidos, em 1925, na Universidade de Yale, o psicólogo norte-americano Gesell propôs uma escala desenvolvimental para avaliar a inteligência infantil de bebês de 1 a 41 meses de vida, sendo esta considerada como sendo um instrumento essencial para avaliação de bebês durante vários anos. Outro grande cientista da época, que propôs um modelo teórico bastante interessante para a compreensão do desenvolvimento da inteligência foi Piaget , que tentou identificar fases típicas do processo intelectual, embora não tenha definido nenhum teste e sim tarefas (Van Kolck,1981). Assim sendo, os pesquisadores das mais diferentes partes do mundo demonstraram existirem possibilidades para se observar o funcionamento intelectual desde os primeiros meses de vida de um indivíduo.

A polêmica sobre os componentes da inteligência teve um grande impacto com a proposta de David Wechsler, que em 1939, definiu dois tipos de inteligência, verbal e não verbal. Este autor apresentou dois testes para avaliação da inteligência, sendo o primeiro destinado a adultos, conhecido por WAIS (Wechsler Adult Intelligence Scale) e segundo para crianças, o WISC (Wechsler Intelligence Scale for Children). Estes instrumentos trouxeram a possibilidade de se investigar as várias habilidades envolvidas em cada um dos tipos de inteligência, por meio de subtestes verbais e não verbais, vindo a se tornar nas medidas mais amplamente divulgadas e utilizadas pelos psicólogos em âmbito internacional. Também a noção de Q.I. , ou coeficiente intelectual, foi modificado por este pesquisador, que considerou os resultados padronizados em uma curva normal como sendo medidas mais confiáveis do que aquelas anteriormente propostas por Binet (Maloney e Ward, 1976).

Diversas propostas, teóricas e empíricas, começaram a surgir, deste então, para explicar o funcionamento da inteligência. Robert Cattell , em 1941 (Horn, 1991), formulou um modelo teórico para a compreensão do processamento intelectual baseado em duas grandes categorias: inteligência fluída (Gf) , caracterizada pelo raciocínio do tipo indutivo e dedutivo, e a inteligência cristalizada (Gc), composta de conhecimentos obtidos pelas experiências culturais. Já a proposta de Guilford (1960) foi decisivamente empírica ao demonstrar ser possível a compreensão do funcionamento mental por meio da análise fatorial dos resultados obtidos em vários tipos de tarefas cognitivas. Desta maneira, ele identificou 120 componentes do processamento mental obtidos em cinco tipos de operações mentais (cognição, memória, produção convergente, produção divergente, avaliação), quatro tipos de conteúdo (figural, simbólico, semântico , comportamental) e seis tipos de produtos (unidade, classes, relações, sistemas, transformações, implicações). Embora, inicialmente, estes autores não tenham criado testes ou medidas, para verificar as habilidades propostas, posteriormente suas contribuições foram decisivas na elaboração de pesquisas para construção de novos instrumentos na área.

No panorama internacional mais atual, destaca-se o modelo teórico de Stenberg (1979), que criticou as explicações existentes sobre a inteligência, apontando que os estudiosos deveriam se preocupar com a natureza dos processos de informação , ou componentes cognitivos, sendo eles: a codificação da informação, a inferência, o relacionamento entre as tarefas, a aplicação e a

avaliação da informação recebida. Para este autor, a meta-análise da inteligência era essencial para a compreensão do seu funcionamento e deveria ter prioridade em qualquer tipo de pesquisa na área.

Revisando a história da avaliação cognitiva, podemos detectar quatro fases ou ondas de acordo com o modelo de Kamphaus, Petoskey e Morgan (1997). A primeira onda pode ser descrita como aquela onde os investigadores equacionavam todas as formas de comportamento como demonstrações de inteligência, tentando classificar cada um dos níveis de funcionamento intelectual. A segunda fase ou onda caracterizou-se pela análise clínica na interpretação dos testes, quer fossem estes para a mensuração cognitiva ou emocional. Na terceira fase houve um predomínio de interpretações baseadas em dados estatísticos e o crescimento da Psicometria. Finalmente, na quarta onda, que descreve a fase atual da avaliação psicológica, observa-se a procura pela união dos resultados quantitativos e qualitativos dos testes com a teoria e as descobertas das Neurociências, possibilitando assim o melhor entendimento do funcionamento humano.

Faz-se também necessário focar o movimento da avaliação intelectual nos países latinos, a fim de compreender o estado atual do conhecimento nesta área em outros contextos. Neste sentido, enfocaremos a seguir o Brasil, visando compreender as suas etapas históricas, crescimento e as dificuldades encontradas nesta área.

A avaliação psicológica no Brasil: breve histórico

Certamente o movimento mundial na área da avaliação psicológica teve impacto na história brasileira. Ao final do século XIX, já encontramos menções a idéia de Laboratórios, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, devido à influência da proposta de Wundt. O primeiro Laboratório, denominado "*Pedagogium*" teria surgido em 1890, no Rio de Janeiro, organizado por *Joaquim Medeiros* e dirigido por *Manuel Bonfim*. O grande incentivador para este laboratório foi o político *Benjamin Constant*, que deu um grande apoio à pesquisa educacional, ficando conhecido, posteriormente, pelos seus trabalhos em prol dos deficientes visuais (Rosas, 1984)

Também no estado de São Paulo, encontramos dois laboratórios fundados no início do século XX, um em 1909 e outro em 1912. A organização destes dois laboratórios é creditada à *Clemente Quaglio*, que instalou o primeiro laboratório em um grupo escolar na cidade de Amparo e o segundo na cidade de São Paulo, na Escola Normal da Praça da República, posteriormente chamada de Instituto de Educação Caetano de Campos. Em 1914, o psicólogo italiano *Ugo Pizzoli* reorganizou e ampliou o Laboratório da Praça da República, sendo este Laboratório posteriormente absorvido pela Universidade de São Paulo, após sua fundação em 1934 (Pfromm Netto, 1981; Angelini, 1995,).

Em outras regiões do Brasil, na mesma época, também aconteciam importantes momentos na história da avaliação psicológica. No Recife, destacou-se a contribuição de *Ulisses Pernambuco*, que fundou o *Instituto de Seleção e Orientação Profissional*, posteriormente conhecido como Instituto de Psicologia, em 1920. Sem dúvida, foi no ISOP (Instituto de Seleção e Orientação Profissional), fundado em 1932 no Rio de Janeiro, que foram criados e publicados a maior quantidade de instrumentos psicológicos para a época (Pfromm Netto, 1996; Rosas, 1995)..

A década de 1950-1960 foi intensamente produtiva para os pesquisadores brasileiros interessados na construção de testes para a nossa realidade. Investimentos de agências federais ou estaduais para a seleção e orientação profissional vieram colaborar, decisivamente, para este fato, destacando-se o impulso nesta área dado pelo "Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC", e pelo "Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI". Data desta época a criação de importantes testes na área da avaliação da inteligência, interesses e aptidões, utilizados até os dias de hoje, tal como relatado por Van Kolck, (1981) podendo ser citados, como exemplos, os seguintes instrumentos: *Inteligência Verbal* (Jacyr Maia), de 1950, , *Inteligência Não-Verbal -INV* (Pierre Weill), de 1955, *Inteligência Geral -SENAI AG3* (Oswaldo de Barros Santos), de 1959, e o *Teste Não Verbal de Inteligência- G36* (Effraim Rojas Boccaleandro), de 1966. Algumas baterias de aptidões publicadas no ano de 1964 e ainda utilizadas até os dias de hoje também podem ser citadas, tais como a *Bateria Fatorial do SENAC* e a *Bateria Fatorial do CEPA*.

O grande interesse pela utilização de testes psicológicos na seleção de motorista e de pessoal na área industrial, na década de 60, não foi acompanhado,

infelizmente, por um maior investimento em pesquisas e produção de material psicológico nos próximos vinte anos. Assim sendo, houve um grande hiato em publicações brasileiras relacionadas com a construção, adaptação ou mesmo padronização de instrumentos psicológicos, para as mais variadas faixas etárias, colocando assim em grande estado de estagnação a área de avaliação psicológica no Brasil até início dos anos 80. A crítica bastante difundida quanto à inadequação de instrumentos criados em outras culturas para a população brasileira teve um efeito bastante negativo entre os psicólogos da época, fazendo gerar uma imagem desvalorizada e depreciativa do uso de qualquer tipo de instrumento psicológico que utilizasse medidas quantitativas. A qualidade da avaliação clínica passou a ser considerada como o único e decisivo fator na avaliação psicológica. (Wechsler & Guzzo, 1999)

A reação ao descrédito dos instrumentos psicológicos só começou a ser percebida na década de 80, quando começaram a ser reativadas propostas para a criação de Laboratórios de pesquisas em medidas e instrumentos psicológicos, sediados em universidades públicas e particulares. O primeiro Laboratório a ser proposto na década de 80, com a finalidade de construir e/ou adaptar testes psicológicos, foi o da Universidade de Brasília (LABPAM), seguido pelo da Universidade de São Paulo (LITEPP). Outros laboratórios foram posteriormente implantados na década de 90 nas seguintes instituições de ensino: PUC-Campinas (LAMP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LAM), Universidade de São Francisco (LABAPE), UNISINOS (LIAP), PUC-Minas Gerais (LEPAP). Do mesmo modo, grupos de estudo e pesquisa começaram a serem organizados na área de avaliação psicológica em várias cidades brasileiras, como por exemplo no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Canoas (RS) João Pessoa, Natal etc. Desta maneira, podemos constatar que existe na atualidade um movimento de retorno em prol da construção e desenvolvimento de instrumentos psicológicos para a nossa realidade (Wechsler, 2001)

O movimento em prol da melhoria da avaliação psicológica teve também, a partir da década de 80, um grande apoio pelas associações científicas da classe, como por exemplo a Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, posteriormente denominada Sociedade Brasileira de Psicologia, que passou a incluir, dentro dos seus temas de debates nas reuniões anuais, os problemas relacionados ao ensino e à produção de material em avaliação psicológica

Deve ser ressaltado também o apoio dado pelos Conselhos Regionais de Psicologia, ao fomentar debates e reuniões sobre os problemas encontrados na área da avaliação psicológica e sua aplicação nos mais diferentes contextos. Três comissões científicas, com duração de um a dois anos, foram organizadas durante as duas últimas décadas pelo Conselho Federal de Psicologia, visando encontrar soluções para as dificuldades apontadas pelos profissionais na utilização de técnicas e instrumentos psicológicos no Brasil. (Wechsler, 2000).

Concluindo, pode ser observado, que assim como aconteceu com vários países do mundo, o Brasil também passou por uma época onde houve um grande descaso pela área da avaliação psicológica, principalmente no que concernia à avaliação intelectual, por existirem muitas críticas quanto à pertinência de tais tipos de instrumentos, criados em outras culturas, para o povo brasileiro. Em uma atitude mais madura, os pesquisadores atuais buscam construir novos instrumentos e estudar a validade de outros já comercializados a fim de poder orientar os profissionais que fazem uso da avaliação psicológica em sua prática. Desta maneira, o movimento de crescimento científico atualmente existente no Brasil, principalmente no que se refere à área da avaliação cognitiva, reflete o que está ocorrendo em nível internacional, na medida em que busca unir os avanços teóricos recentes com dados empíricos sobre as características culturais do país.

Inteligência ou inteligências? mudança de paradigmas

A conceituação de inteligência tem sofrido inúmeras mudanças, demonstrando assim a complexidade deste construto. Assim sendo, diversos modelos teóricos e empíricos foram criados a fim de melhor explicar o funcionamento mental, demonstrando o quanto sua compreensão tem desafiado os estudiosos e pesquisadores interessados na área.

Em uma evolução histórica do conceito de inteligência, ora vimos este construto ser igualado com capacidades fisiológicas, ora como capacidade geral de estabelecer relações, ou ainda sob perspectivas bipolares, verbal e não-verbal, fluída e cristalizada, etc. Por outro lado, foi observado que este construto sofria o impacto de estágios de desenvolvimento cognitivo, devendo ser entendido como

etapa evolutiva de funcionamento mental. O uso da Estatística no auxílio da compreensão de mecanismos mentais indicou a existência de uma grande diversidade de capacidades mentais. Assim sendo, esta variedade de concepções demonstrou a falta de consenso científico para a compreensão deste construto e a necessidade de se caminhar em busca de um modelo teórico, e, ao mesmo tempo, empírico, que possibilitasse avaliar a(s) dimensão(ões) envolvidas no funcionamento intelectual.

Decididamente a proposta teórica de Gardner (1993) de sete tipos básicos de inteligência, apoiada sobre uma base psicofisiológica de funcionamento cerebral, teve uma grande influência sobre a visão atual da multiplicidade deste construto. Este autor delineou uma proposta teórica, conhecida como "inteligências múltiplas", onde haveria os seguintes tipos de inteligência: verbal, musical, espacial, lógico-matemática, cinestésica, intrapessoal e interpessoal. A grande importância deste modelo foi a de ter simplificado o funcionamento da mente em áreas básicas que poderiam ser observadas, com relativa facilidade, no comportamento humano.

O construto de vários tipos de inteligência também foi observado por Horn (1991), que elaborou o seu modelo baseando-se em estudos desenvolvimentais e evidências da Neurociências. A sua proposta une os conceitos de inteligência fluída e cristalizada, anteriormente apresentados por Cattell para um modelo de nove dimensões: 1) Raciocínio fluído; 2) Conhecimento da cultura; 3) Memória a curto prazo; 4) Memória a longo prazo; 5) Processamento visual; 6) Processamento auditivo; 7) Rapidez de Raciocínio; 8) Precisão de raciocínio; 9) Conhecimento quantitativo. Embora tenha apresentado este modelo bastante amplo para a compreensão da inteligência, Horn advertiu que deveriam ser feitas mais pesquisas para a sua comprovação, e posteriormente serem desenvolvidas medidas para avaliação destas dimensões.

A busca por uma síntese de todos os avanços das pesquisas realizadas sobre o conceito de inteligência foi o motivo que levou a Carroll (1997) a revisar todos os estudos empíricos feitos sobre este tema nos últimos cinquenta anos. A partir dos seus resultados encontrados por meio da análise fatorial, este autor propôs uma meta-análise do funcionamento mental em três estratos ou camadas. Assim sendo, no primeiro estrato existiriam 65 habilidades que estariam medindo diversos tipos de inteligência. No segundo estrato, existiram 8 habilidades básicas: inteligência fluída, cristalizada, memória e aprendizagem, percepção visual, percepção auditiva,

recuperação da informação e rapidez cognitiva. O terceiro estrato seria o mais amplo, denominado de "inteligência geral". Na sua conclusão, Carroll apontou que não existia, até o momento, nenhum teste de inteligência que avaliasse todas estas dimensões. Foi somente neste ano que foi comercializada a nova edição da bateria de Woodcock-Johnson III (McGrew & Woodcock, 2001), re-estruturada segundo a teoria de Cattell, Horn e Carroll.

O impacto das pesquisas e estudos mais recentes sobre o funcionamento mental e a sua aceitação pelos cientistas mais rigorosos indica que devem ser considerados vários tipos de inteligência ou inteligências e não mais um único conceito. Enquanto que as novas pesquisas questionam o que é feito na área da avaliação psicológica nos países mais desenvolvidos, como por exemplo, nos Estados Unidos, elas lançam maiores desafios para os psicólogos latino-americanos, que pouco ainda dispõem de instrumentos psicológicos válidos em seus próprios países.

Os avanços atuais na área das inteligências requerem ações imediatas em termos de construção de novos instrumentos que possam atender as diversas dimensões ou habilidades envolvidas no funcionamento mental. Para que isto seja feito, necessita-se sem dúvida, de pesquisadores altamente especializados em Psicometria, o que infelizmente, não abunda nos países latinos. Temos assim o dilema da formação de pessoas competentes e especializadas para a construção e validação de instrumentos psicológicos.

Por outro lado, devem também ser examinadas as propostas empíricas apresentadas sobre as múltiplas dimensões da inteligência, na medida em que foram construídas a partir de base de dados obtida por meio de instrumentos aplicados em outras culturas. Assim sendo, os psicólogos de países latinos deverão se dedicar a pesquisas que lhes indiquem quantas e de que tipos são as inteligências existentes nos seus países.

A conceituação de "inteligências" certamente envolve questões éticas para exercício da Psicologia. Concebendo-se o funcionamento mental como resultante de várias habilidades, podem ser questionados, do ponto de vista moral e social, qualquer procedimento de avaliação que não considere os vários aspectos envolvidos no processamento e desempenho intelectual.

A responsabilidade social da Psicologia de contribuir para melhoria da vida humana é diretamente afetada pela noção de "inteligências". Assim sendo, a

identificação de potenciais, desenvolvimento de lideranças ou programas educacionais para estimulação cognitiva, deveria ser mais abrangente e compreender as várias faces ou modalidades de ser inteligente. Este será um grande desafio para todos os psicólogos, embora traga junto a possibilidade de serem encontrados modelos e práticas mais justos e compreensivos para o entendimento das funções mentais.

Finalizando, vários são os dilemas a serem enfrentados pelos psicólogos deste milênio. A mudança de paradigmas a ser realizada, na verdade, envolve a revisão de atitudes, quebra de hábitos e procura por novas visões, parâmetros estes que determinarão, sem dúvida, as formas ou modalidades de avaliação intelectual a serem utilizadas no século que se inicia.

Referências

- Angelini, A. L. (1995). Abertura do I Encontro de Técnicas de Exame Psicológico: ensino , pesquisa e aplicações. Boletim de Psicologia, v. XLV., 9-18
- Anastasi, A. (1988). Psychological testing.-6th edition. New York: Macmillan Publishing Company
- Anastasi, A. & Urbina , S. (2000). Testagem psicológica. 7a. edição. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Carroll, J. (1997). The three stratum theory of cognitive abilities. Em D. P. Flanagan, J. I. Genshaft & P.I. Harrison (eds). Contemporary intellectual assessment: theories, tests and issues. New York: Guilford Press.
- Cohen, R. J., Swerdlik, M. E., & Smith, D. K. (1992). Psychological testing and assessment. Mountain View: Mayfield Publishing Corporation
- Gardner, H. (1993). Multiple intelligences . New York: Basic books
- Guilford, J. P. (1960). The nature of human intelligence. New York: McGraw Hill.
- Van Kolck, O.L. (1981). Técnicas de exame psicológico e suas aplicações no Brasil Vol I. Vozes: Petrópolis.
- Horn, J.L. (1991). Measuring of intellectual capacities: a review of theory. Em K.S. McGrew, J.K. Werder & R.W. Woodcock. WJ-R technical manual: Chicago: Riverside.
- Kamphaus, R.W., Petoskey, M.D. , & Morgan, A.W. (1997). A history of intelligence test interpretation. In D. P. Flanagan, J.L.Genshaft & P.L. Harrison. (eds). Contemporary intellectual assessment: theories, tests and issues. New York: Guilford press.
- Maloney, P. M. & Ward, P. M. (1976). Psychological assessment. Oxford: Oxford University Press
- McGrew, R. & Woodcock, R. (2001). Woodcock-Johnson III: technical manual. Itasca, Il: Riverside Publishing
- Pfromm Netto, S. (1981). A Psicologia no Brasil. Em M.G. Ferri e S. Moloyama (orgs). História das ciências no Brasil. 3.volume. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/EPU/CNPQ. pg 235-276

Pfromm Netto, S. (1996). Pioneiros da Psicologia Escolar: Mira y López . Psicologia Escolar e Educacional, 1 ,87-88..

Oakland, T. (1999). Emerging testing and assessment practices with children and youth. In S. M. Wechsler and R.S. Guzzo (eds) Avaliação psicológica: perspectiva internacional (p.119-131). São Paulo: Casa do Psicólogo

Roback , A A (1961). History of psychology and psychiatry. New York: Philosophical Library

Rosas, P. (1984). A Psicologia no Brasil.. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 65, 314-336.

Rosas, P. (1995). Mira y López: 30 anos depois . Rio de Janeiro: Vetor.

Stenberg, R. (1979). The nature of human abilities. American Psychologist, 34, 214-230.

Van Kolck, O.L. (1981). Técnicas de exame psicológico e suas aplicações no Brasil Vol I. Vozes: Petrópolis.

Wechsler, S. M. (2001) Avaliação psicológica no Brasil: tendências e perspectivas para o novo milênio. Em Conselho Regional de Psicologia (org). A diversidade da avaliação psicológica : considerações teóricas e práticas. João Pessoa: Idéia, p.17-24.

Wechsler, S. M. & Guzzo, R.S. L. (1999). Avaliação psicológica: perspectiva internacional. São Paulo: Casa do Psicólogo.